

## Olímpio Coutinho Filho é vice-presidente da NCST



**O**s membros da diretoria executiva, do conselho fiscal e os presidentes das diretorias estaduais da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), reuniram-se na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em Brasília, dia 7 de março, e avaliaram as realizações da entidade desde a sua fundação. As lideranças regionais da Nova Central sugeriram propostas, relataram as atividades em cada estado e elaboraram um plano de lutas para combater as medidas do Governo, consideradas pelos sindicalistas, prejudiciais à classe traba-

lhadora e ao movimento sindical.

Na ocasião, o presidente da NCST, José Calixto, oficializou a posse do diretor da Fenavenpro, Olímpio Coutinho Filho, como vice-presidente da Nova Central e destacou: "Para nós é de extrema importância termos esta entidade como filiada não só pela valiosa representação de duas categorias que engrandecem o progresso do País e, também, pelo que ela representa no cenário do sindicalismo brasileiro".



## AL-SP apresenta Moção contra PEC 369/2005

O deputado Jorge Caruso (PMDB), apresentou, na Assembleia Legislativa de São Paulo, dia 12 de abril, Moção contra a PEC nº 369/2005, de autoria do então deputado federal Ricardo Berzoini. A matéria foi publicada dia 18 de abril de 2006. Leia a Moção na íntegra, na página 7.

## Primeira mulher a presidir o STF

MARCELLO CASAL JR/ABF



**A** ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal (STF), tornou-se oficialmente, dia 27 de abril, a primeira mulher a ocupar a presidência da mais alta Corte do país.

Com especialização em Antropologia Social na década de 1980, Ellen Gracie Northfleet foi nomeada para o Supremo em 2000 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Ela é formada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e já integrou o Ministério Público Federal e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) gaúcho. Também foi presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região no biênio 1997-1999.

## Fraternidade pascal

A Páscoa foi comemorada em nossa Colônia de Férias. Na foto, uma das danças típicas das freguesias portuguesas apresentadas pelo Grupo Folclórico da Casa de Portugal em Praia Grande. Leia na página 8.



# O ARAUTO DO VENDEDOR

Ano 53 - nº 455 - São Paulo - março/abril - 2006

## Colônia de Férias: promessa de posse definitiva do terreno



Dr. Michel Temer é recebido por Edson Ribeiro Pinto

Em visita às nossas dependências em Praia Grande, o deputado federal Michel Temer ficou encantado com o que nós, vendedores, construímos. E do encantamento, o deputado passou à ação e nos enviou a carta que reproduzimos.



Dr. Temer observa a grandiosidade de nossa obra



Edson, Dr. Temer; em segundo plano, Jorge Evangelista (nosso diretor) e Luiz Ricardo Sanches (assessor do Deputado) percorrem as dependências

São Paulo, 25 de abril de 2006

Para o Sindicato dos Vendedores Viajantes e Pracistas do Estado de São Paulo

No último dia 14 de abril, tive a satisfação de visitar as dependências, reformadas e ampliadas, da Colônia de Férias do Sindicato dos Vendedores Viajantes e Pracistas do Estado de São Paulo, localizada no município da Praia Grande, competentemente presidido por Edson Ribeiro Pinto.

Foi com grande prazer e alegria que pude constatar a magnífica obra realizada que teve origem em ato de concessão de permissão de uso de área do Estado, realizado durante minha gestão como Procurador Geral do Estado.

Fruto daquela visita, e convencido do mérito da questão, fiz contato com o Conselho do Patrimônio Imobiliário no sentido de apoiar a doação definitiva da área para o Sindicato. Fui informado, na ocasião, que o assunto, já em andamento, havia merecido parecer favorável da entidade baseado no excelente aproveitamento da área e das obras ali realizadas.

É sempre gratificante constatar que, atos administrativos realizados no exercício de mandatos executivos, resultem em obras que tão bem atendam a comunidade a que se destinam.

Cumprimento calorosamente Edson Ribeiro Pinto, Presidente do Sindicato dos Vendedores Viajantes e Pracistas do Estado de São Paulo, a sua Diretoria e a todos os seus associados. Parabéns pelo belo trabalho realizado!

Michel Temer  
Deputado Federal

## EDITORIAL

## Nova gestão - Novos desafios

Companheiros vendedores, praticistas, viajantes, promotores, demonstradores e repositores de vendas, auxiliares de vendas e chefes, supervisores, gerentes e demais assemelhados, da indústria, comércio e de serviços, que compõem esta valorosa e essencial categoria profissional da qual tenho orgulho de pertencer!

A vocês me dirijo após os embates de mais um pleito para agradecer a confiança depositada em nossa pessoa e nos diretores eleitos. E esta confiança só aumenta nossa responsabilidade.

Neste início de novo período de gestão, parece-nos oportuno lembrar o longo caminho até aqui percorrido. Assumimos o Sindicato há alguns anos e, auxiliado pelos companheiros de diretoria, procuramos dar feição moderna a nossa entidade. Equipamos a sede com instrumentos vários, como auditório, salas de aula, salas-conferência e melhoramos os serviços de atendimento como o médico, o dentário, o jurídico e o previdenciário.

Modernizamos nosso jornal O Arauto, porta-voz de nossa categoria, com maior tiragem alcançando toda nossa base territorial (Estado de São Paulo).

Cuidamos do lado profissional, com instituição de cursos, serviços de colocação e com a criação e modernização do Nuclave, nosso núcleo de assistência, melhoria e aperfeiçoamento profissional. Milhares de horas-aula, centenas de conferências, eventos e outros trabalhos levados a efeito no sentido de facilitar a colocação dos companheiros.

Orientamos o atendimento às empresas, no jurídico e nas homologações, para melhor cumprimento dos direitos dos companheiros, com absoluto sucesso.

Os pleitos da categoria junto aos patrões, em todos os anos mereceram extremada dedicação a ponto de possuímos um dos melhores pisos salariais, além de quilômetro rodado, cobertura de seguro etc. Temos, ainda, conquistado sempre direitos novos e consegui-

do manter as conquistas anteriores.

Mesmo no âmbito do Congresso Nacional, temos tido trabalho intenso em contatos com parlamentares, seja na defesa dos direitos da categoria, seja na **eterna vigilância** para que nada seja decidido **contra** nossa categoria. Evitamos muitos desastres e várias perdas de direito, especialmente nos últimos governos FHC e Lula.

Foram inúmeras viagens, centenas de contatos, dezenas de exaustivas reuniões, trabalho muitas vezes “corpo a corpo” nos gabinetes do Congresso, tudo para obter de autoridades posicionamento favorável a nossa categoria, em incessante, embora silencioso trabalho, em defesa dos interesses de nossos representados. Nosso lema não é a pirotecnia. Não nos interessa o espalhamento dos “bumbos” e as monocórdias “palavras de ordem” e sim a realidade dos bons resultados. O que temos conseguido!

A luta para manter a representação sindical de nossa categoria foi, nos últimos tempos, um capítulo à parte. Temos sofrido ataques de todos os governos. Assim, devemos nos preparar para a luta desigual que continuará nos próximos anos. Porém, maior o embate, maior será a vitória.

Também não descuidamos do lazer. Reformamos nossa Colônia de Férias, deixando-a a altura do nível de nossos companheiros. O que era bom, ficou melhor ainda. Milhares são os companheiros e suas famílias que nela desfrutam de merecido lazer e de participação em todas as suas áreas culturais e esportivas mantidas na Colônia.

No campo pessoal, procuramos imprimir o melhor atendimento possível aos companheiros que freqüentam o Sindicato ou dele requisitam serviços. Nos orgulhamos de possuir o melhor nível de atendimento na área sindical! Dotamos de confortáveis instalações para eventuais aguardos de atendimentos, sempre em alto nível.

Ainda é pouco, reconhecemos, visto que precisamos ampliar ainda mais o nível de participação de nossos companheiros; precisamos melhorar ainda mais o entendimento com os empregadores visando maiores benefícios aos companheiros trabalhadores, sem descuidar das reivindicações junto à Previdência, para os nossos aposentados.

A tarefa é árdua: manter o que temos e aumentar o nível de satisfação dos companheiros.

Assim, espero que Deus me ajude e a meus companheiros de diretoria, dando-nos a inspiração e a disposição necessárias para prosseguir para frente e para o alto, na melhoria de vida de nossos companheiros trabalhadores. Para isto também contamos com o apoio crítico de todos, cujo amparo espero não venha nos faltar.

Eis o desafio. Vamos enfrentá-lo!

**Edson Ribeiro Pinto**  
Presidente da diretoria eleita

## OPINIÃO

## Política, políticos e democracia

Vicente da Costa

A República brasileira não tem muito de que se orgulhar no plano das atividades políticas. Sem entrar no mérito de como foi proclamada, logo no seu início temos a fala de um de seus ilustres defensores e críticos dos desacertos da época, Rui Barbosa, que gravou mensagem que ecoa entre nós suas últimas frases. Condizentes com a atualidade de nossos homens públicos, quando se refere ao cansaço da luta que leva o homem de bem a ter vergonha de ser honesto, de outro lado é agravada com algumas pesquisas de opinião atuais que mostram um elevado índice de propensão da opinião pública a proceder espertamente, se tivesse oportunidade de fazê-lo.

Os anos trinta do século XX, já com alguma experiência democrática, a República desmoronou em desacertos de muitas ordens. Antes, do Rio Grande do Sul; depois, de São Paulo, os revolucionários nos levaram à ditadura varguista, num silêncio autoritário cujas sombras semearam em todo o Bra-

sil ações políticas manchadas de muitas cores autocratas e corruptas, além de um constante exercício de como manter a nação subjugada à vontade de apenas alguns.

O suicídio de Vargas em 1953, eleito pelo povo na democracia restaurada pós 45, demonstrou como estávamos frágeis na condução política do país. Entre tentativas de golpes, corrupção e mobilização político-sindical de massas trabalhadoras, recobertas de demagogia populista, típica dos falsos líderes e aproveitadores de ocasião, desembarcamos em 1964, na ditadura que agora podemos chamar de “gerais em rodízio”. Menos ou mais mal, pois era uma ditadura coletiva, colegiada. Como a noite anterior de Vargas, esta também produziu sombras, muitas sombras. E como a outra, semeou e produziu muito mais seus subprodutos de injustiça, corrupção, vassalagem, bajulação, protecionismo e retardamento da evolução do exercício político democrático, necessário para os povos que

queiram progredir em todos os campos sociais.

Trinta anos após o último rodízio, e passando pelo atraso de mais cinco anos produzidos por uma eleição indireta arranjada e combinada por políticos substitutos de gerais no poder, cá estamos nós a lamentar nossa esfera política. Creio que Rui Barbosa, se nos fizesse uma visita, teria que reescrever sua mensagem com tintas críticas mais fortes. Talvez até declinasse de qualquer visita, tal a situação que os jornais noticiam. Já passamos pela “modernidade” de Collor, pela reforma “mágica” da moeda que equiparou o Real ao Dólar e pelos princípios monetaristas do FMI, tão bem assumidos pelo governo aristocrático de FHC e, final e atualmente, passando pela presença do “operário presidente e seu partido ético”, que apenas exacerbou o que encontrara como forma de governo, acrescentando, para piora acentuada na gestão pública, a sistematização da ação criminosa, cujos indícios foram proclamados pelas CPIs e pela

Procuradoria Geral da República. Experimentamos as propostas alternativas desses “ícones”, mas continuamos na mesma. Talvez pior, pois agora a esperança de um Brasil desenvolvido já não existe. Só desânimo e frustração espalhados nas mentes dos cidadãos que até duvidam de sua cidadania.

O risco desse estado de ânimo do cidadão-eleitor é o pensamento reiterativo de volta ao autoritarismo, ao supor que a democracia não é capaz de produzir melhoras. Ou o que é pior, desprestigiando-se como povo e não reagir, participando e exigindo mudanças, pois assim abre espaços para novas aventuras de demagogos e ilusionistas de época. Na verdade, o que impede certa evolução progressista necessária para sair do encaixe político que estamos desde a proclamação da República é a ausência eficaz da organização social brasileira. Mas ela só pode ser alcançada se organizarmos antes o modo operante eficiente do conflito político de interesses. Seguramente só a democracia pode dar conta desse modo.

E reafirmando o que já disse em outras ocasiões, democracia não se detém no ato de votar em representantes. É também isso, mas é, sobretudo, a participação nas decisões das diferentes instâncias da vida pública, quando então a representação outorgada pelo voto será orientada, controlada e exigida. Os partidos políticos no Brasil, tal como se mostram em suas atividades de fato, são a demonstração do peso desse encaixe e a ilusão da existência de um sistema partidário. Apenas eleitorais, fragilmente eleitorais, não vão além de marca de legenda, sem outros significados maiores. Reeleições no poder público, inclusive sem limites nos parlamentos, e permanência de caciques na direção partidária ao infinito, reproduzem no plano público atual o que a nobreza foi no passado. Isto cansou; tem de mudar, ou continuaremos atolados e esperando que alguma força celestial venha nos salvar.

Vicente da Costa é mestre em Sociologia, doutor em Ciência Política e consultor em Gestão e Organização.

## O “de comum acordo” da PEC 45/2004

*Olímpio Coutinho Filho*

“*Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta Constituição*”. (Artigo 1º, Parágrafo Único, CF/88).

“*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantido-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade*”. (Artigo 5º, caput).

O artigo 5º, inciso XXXV, dispõe: “*a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito*.”

O Código Civil de 1916 prescrevia: “*a todo direito corresponde uma ação que o assegura*.”

O artigo 8º da CF/88, ainda vigente, diz nos incisos III e VI:

**Inciso III** - “*ao Sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas*”.

**Inciso VI** - “*é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho*.” O artigo 114, § 2º, dizia: “*recusando-se qualquer das partes a negociação ou a arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo...*”

Agora, na EC 45/04, tem nova redação o parágrafo 2º: “*recusando-se qualquer das partes a negociação coletiva ou arbitragem, é facultado aos mesmos, se de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo...*”

Ora, o dissídio coletivo corresponde ao direito de ação. De um lado

está o sindicato dos trabalhadores e, do outro, o sindicato dos empregadores, que estão conflitando. Logo, instaura-se o dissídio coletivo, cabendo ao Poder Judiciário julgá-lo. Porém, na interpretação literal da Emenda 45, as partes só poderão fazê-lo se estiverem **de comum acordo**. Isso não tem lógica, é uma contradição. Se existem divergências é porque, obviamente, não existe acordo.

Fica claro: “*se a ação consiste num direito público, subjetivo, genérico e incondicional*”, fica evidenciado que este direito foi suprimido. Portanto, se existe uma duplicidade de interesses e um antagonismo, existe conflito. O **de comum acordo** é o contrário do conflito. Numa situação conflitante se faz necessária a intervenção

do Poder Judiciário. É o óbvio. Não pode haver prevalência de nenhuma das partes por uma questão de justiça; não pode haver uma solução por imposição ou tutela, o que seria um absurdo, uma violação do **Estado Democrático de Direito**.

Portanto, só o processamento da ação poderá determinar a solução do conflito. Mais uma vez, o lógico!

Quanta à nova redação do § 2º, do artigo 114, declara ainda: “*... podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito*”, não significa que não possa optar por dar razão a quem de direito.

O que não podemos aceitar, tampouco concordar, é que não haja a possibilidade de recorrer à Justiça, o que nos deixa a mercê da

vontade de uma só das partes, a somos sabedores que: os trabalhadores são hipossuficientes. Entendemos que o direito de todos deve ser equânime, todos devem ser iguais perante a lei. Ninguém está acima da lei!

Portanto, o **de comum acordo** é uma incongruência e deve ser retificado. Só assim, ambas as partes poderão exercer o direito de recorrer ao Poder Judiciário através do competente processo de Dissídio Coletivo.

Temos o dever de contestar o abusivo Constitucional por ser nossa obrigação em defesa do direito e da cidadania.

*Olímpio Coutinho Filho  
é diretor-coordenador da Fenavenpro  
e vice-presidente da Nova Central  
Sindical dos Trabalhadores (NCST).*

## Constituição Federal em foco

**E**m debate na Câmara Federal a **Revisão Constitucional**. Não se passaram ainda nem 20 anos e já temos cerca de mais de 50 Emendas.

Já foi criada uma Comissão Especial para dar parecer sobre o mérito da PEC 157/03, de autoria do Deputado Federal Luiz Carlos Santos, PFL/SP, que trata da matéria. O presidente e relator da referida Comissão são os Deputados: Michel Temer, PMDB/SP e Roberto Magalhães, PFL/PE, respectivamente, e ambos de excelente formação jurídica. O período previsto é de 1º de fevereiro de 2007 a 1º de fevereiro de 2008.

Em seguida, leia texto do analista político e jornalista, Antonio Augusto de Queiroz, pertencente ao DIAP. Vale a pena ler para tomar conhecimento do assunto.

Nós podemos até concordar com Revisão da Constituição, que já ocorreu com diversas emendas (PECs). O que não podemos aceitar é que não haja participação dos segmentos da sociedade.

Não podemos entender, nem compreender, que não haja a presença dos sindicalistas que compõem o Sistema Sindical Confederativo nos trabalhos. É inaceitável.

A modificação da Carta Magna é uma responsabilidade de todos os cidadãos do país e não só de uma parcela.

O povo tem que ser consultado e ouvido!

A Lei Maior atinge a todos os segmentos da sociedade, logo todos têm o direito de opinar através dos seus representantes de categorias.

Portanto, é inconcebível que a discussão e aprovação da Revisão Constitucional seja resultado de uma maioria simples no Congresso (metade + um), que fere frontalmente os direitos dos cidadãos em sua pujança.

Não é uma tarefa para uns poucos, é sim a responsabilidade de todos.

Portanto, prezados companheiros, peço a máxima atenção. Fiquemos alerta! Não podemos perder o foco da questão. A Constituição Federal corre o sério risco de ser descaracterizada. Nós, cidadãos, corremos perigo em perder nossos direitos. Ficaremos, portanto, atentos e vigilantes.

*Olímpio Coutinho  
Filho - Diretor-coordenador*

### Revisão Constitucional em debate na Câmara

*Antônio Augusto de Queiroz*

A Câmara dos Deputados, no dia 25 de janeiro de 2006, instaurou a Comissão Especial que

dará parecer sobre o mérito da Proposta de Emenda à Constituição nº 157/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Santos (PFL/SP), que convoca uma Assembleia de Revisão Constitucional no período de 1º de fevereiro de 2007 a 1º de fevereiro de 2008.

A comissão, que elegeu como presidente o deputado Michel Temer (PMDB/SP) e como relator o deputado Roberto Magalhães (PLF/PE), dois parlamentares influentes e de excelente formação jurídica, disporá de 40 dias para emitir seu parecer, que em seguida será submetido ao plenário da Câmara e, posteriormente, ao do Senado Federal.

Segundo o texto sob exame da Comissão Especial, a Assembleia de Revisão Constitucional:

a) poderá ser convocada a cada 10 anos, b) será unicameral, com a participação conjunta dos 513 deputados e os 81 senadores, c) o quorum de deliberação será de maioria absoluta (283 parlamentares), correspondente à metade mais um dos 594 congressistas, d) o texto aprovado será submetido ao referendo popular; e e) pode modificar todo o texto constitucional, exceto os direitos e garantias individuais (as cláusulas pétreas previstas nos artigos 1º a 5º) e os direitos sociais

(previstos nos artigos 6º a 11º) da Constituição Federal.

A convocação de uma assembléia revisional, com quorum de maioria absoluta, inferior aos 3/5 exigidos para aprovação de Emendas à Constituição, tanto pode ser uma excelente oportunidade para aperfeiçoar as instituições, promovendo as mudanças que a população deseja, quanto pode propiciar enormes retrocessos do ponto de vista social.

A eventual aprovação da convocação de uma assembléia revisional para 2007, com o risco de a esquerda reduzir drasticamente sua representação no Congresso, abre uma avenida para que as forças conservadoras modifiquem a Constituição Federal segundo sua conveniência política, econômica e social.

O fato de os direitos sociais, previstos nos artigos 6 a 11 da Constituição, não constarem entre os pontos sujeitos à mudança significa pouco. É que, além da plena liberdade para modificar os direitos dos servidores e dos aposentados e pensionistas, tanto do serviço público quanto do setor privado, a Comissão Especial ou mesmo o plenário poderá suprimir essa vedação, assim como a própria idéia do referendo. Logo, essa comissão merece um acompanhamento especial.

Raciocínio idêntico se aplica ao referendo. Mesmo que ele seja mantido, a força do marketing, da propaganda, da mídia e do poder econômico poderá levar o eleitor, especialmente aquele do interior do país e de menor escolaridade, a cancelar eventuais retrocessos de natureza administrativa e previdenciária sob o fundamento de que atingem apenas setores supostamente privilegiados do país.

Ninguém tem dúvida de que uma oportunidade dessas propiciará mudanças profundas e a tendência, a julgar pela provável correlação desfavorável aos setores progressistas, é que ocorram na direção pretendida pelo mercado. E num cenário desses, dificilmente as forças conservadoras deixarão de lançar seus melhores quadros para o pleito de 2006.

O risco não pode ser desprezado, especialmente numa conjuntura de crise política em que as forças de esquerda se acham profundamente fragilizadas.

*Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e Diretor de Documentação do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.*

(Grifo Fenavenpro)

# Boletim nuclave nº 71

## PESQUISA MENSAL DA CLASSIFICAÇÃO DE ANÚNCIOS\*

FEVEREIRO/2006

807	491	1298				
	ESTADÃO	%	FOLHA	%	TOTAL	%
<b>POSSUIR VEÍCULO</b>	97	12,02	78	15,89	175	13,48
<b>IDADE</b>						
18 a 25	27	3,35	41	8,35	68	5,24
25 a 35	89	11,03	12	2,44	101	7,78
35 a 40	6	0,74	5	1,02	11	0,85
Acima de 40	1	0,12	-	-	1	0,08
<b>ESCOLARIDADE</b>						
2º Grau	140	17,35	66	13,44	206	15,87
Técnico	45	5,58	2	0,41	47	3,62
Superior	39	4,83	15	3,05	54	4,16
Pós - Graduação	-	-	-	-	-	-
<b>REGIÃO QUE RESIDE</b>						
Norte	13	1,61	11	2,24	24	1,85
Sul	17	2,11	18	3,67	35	2,70
Leste	21	2,60	13	2,65	34	2,62
Oeste	11	1,36	17	3,46	28	2,16
Interior	21	2,60	10	2,04	31	2,39
Grande São Paulo	32	3,97	20	4,07	52	4,01
<b>TEMPO DE EXPERIÊNCIA</b>						
Até 3 anos	87	10,78	24	4,89	111	8,55
acima de 5 anos	16	1,98	8	1,63	24	1,85
Experiência comprovada	118	14,62	87	17,72	205	15,79
<b>CONHEC. INFORMÁTICA</b>	49	6,07	37	7,54	86	6,63
<b>IDIOMAS</b>						
INGLÊS	24	2,97	19	3,87	43	3,31
ESPAÑHOL	5	0,62	3	0,61	8	0,62
ALEMÃO	-	-	-	-	-	-
FRANCÊS	-	-	-	-	-	-
<b>DISPONIB. P/ VIAGENS</b>	61	7,56	48	9,78	109	8,40
<b>REGISTRO</b>	595	73,73	365	74,34	960	73,96
<b>AUTÔNOMO</b>	212	26,27	126	25,66	338	26,04

\* O Levantamento levou em conta os títulos de Vendedores e Representantes nas datas de 05/12/19/26 de fevereiro de 2006.

MARÇO/2006

Total de anúncios :	889	581	1470			
	ESTADÃO	%	FOLHA	%	TOTAL	%
<b>POSSUIR VEÍCULO</b>	132	14,85	87	14,97	219	14,90
<b>IDADE</b>						
18 a 25	67	7,54	48	8,26	115	7,82
25 a 35	52	5,85	30	5,16	82	5,58
35 a 40	2	0,22	1	0,17	3	0,20
Acima de 40	-	-	-	-	-	-
<b>ESCOLARIDADE</b>						
2º Grau	142	15,97	78	13,43	220	14,97
Técnico	28	3,15	12	2,07	40	2,72
Superior	52	5,85	23	3,96	75	5,10
Pós - Graduação	-	-	-	-	-	-
<b>REGIÃO QUE RESIDE</b>						
Norte	11	1,24	11	1,89	22	1,50%
Sul	19	2,14	12	2,07	31	2,11
Leste	23	2,59	14	2,41	37	2,52
Oeste	9	1,01	12	2,07	21	1,43
Interior	18	2,02	12	2,07	30	2,04
Grande São Paulo	40	4,50	28	4,82	68	4,63
<b>TEMPO DE EXPERIÊNCIA</b>						
Até 3 anos	63	7,09	40	6,88	103	7,01
acima de 5 anos	21	2,36	12	2,07	33	2,24
Experiência comprovada	172	19,35	104	17,90	276	18,78
<b>CONHEC. INFORMÁTICA</b>	70	7,87	43	7,40	113	7,69
<b>IDIOMAS</b>						
INGLÊS	23	2,59	8	1,38	31	2,11
ESPAÑHOL	5	0,56	3	0,52	8	0,54
ALEMÃO	1	0,11	-	-	1	0,07
FRANCÊS	-	-	-	-	-	-
<b>DISPONIB. P/ VIAGENS</b>	87	9,79	63	10,84	150	10,20
<b>REGISTRO</b>	631	70,98	375	64,54	1.006	68,44
<b>AUTÔNOMO</b>	258	29,02	206	35,46	464	31,56

\* O Levantamento levou em conta os títulos de Vendedores e Representantes nas datas de 05/12/19/26 de março de 2006.

## PESQUISA DE SALÁRIOS E CONDIÇÕES POR AMOSTRAGEM PROFISSIONAL DE VENDAS Extraídos do setor de homologações do SIVENVI

Ref: março/2006

TIPO DE REMUNERAÇÃO	
FIXO + COMISSÕES	18
SOMENTE FIXO	11
SOMENTE COMISSÕES	3

MÉDIA SALARIAL	
MÍNIMA	R\$ 2.072,52
MÁXIMA	R\$ 3.347,43

CLASSIFICAÇÃO POR ÁREAS	
INDÚSTRIA	21
COMÉRCIO	9
SERVIÇOS	1

Total de Homologações: 307/ Total de Amostragens: 32

*Com instalações adequadas, funcionários bem treinados e professores capacitados, o Nuclave oferece ferramentas e dicas de marketing, vendas, negociação, promoções, atendimento ao cliente, que permitem um trabalho eficaz e resultados crescentes.*

*Todo nosso esforço é para oferecer ao profissional de vendas as ferramentas necessárias para melhor capacitação e melhor produtividade.*

## AGENDA DE EVENTOS

### MAIO E JUNHO DE 2006

## COMO SE TORNAR UM VENDEDOR DE SUCESSO

**Programa:** Como obter sucesso na abordagem valorizando a comunicação verbal e não verbal; como criar empatia com o cliente despertando seu interesse pelo produto; como determinar os objetivos para cada fase da venda.



Início: 15/mai  
 Término: 18/mai  
 Horários: 9h-12h/19h-22h

Dias da semana: segunda a quinta  
 Carga horária: 12 horas  
 Investimento: R\$ 80,00

Inclui: Material didático, certificado e coffee-break.

## ADMINISTRAÇÃO DO TEMPO EM VENDAS



**Programa:** O que é o tempo; desmistificando o tempo em vendas; tempo imposto x tempo que se exerce; desperdiçadores de tempo; aumento da produtividade através da administração do tempo.

Início: 22/mai  
 Término: 25/mai  
 Horários: 9h-12h/19h-22h  
 Dias da semana: segunda a quinta  
 Carga horária: 12 horas  
 Investimento: R\$ 4 80,00

Inclui: Material didático, certificado e coffee-break.

## PROMOTORES DE VENDAS

**Programa:** As formas de comunicação; marketing pessoal; técnicas de aproximação e abordagem; condições para uma boa negociação; ações de merchandising-exposição e reposição de produtos.



Início: 29/mai  
 Término: 1ºjun  
 Horários: 9h-12h/19h-22h

Dias da semana: segunda a quinta  
 Carga horária: 12 horas  
 Investimento: R\$ 80,00

Inclui: Material didático, certificado e coffee-break.

# Boletim nuclave nº 71

## PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA APLICADA EM VENDAS

**Programa:** Introdução à Programação Neurolingüística; os três tipos de compradores e como vender a cada um deles; como influenciar e vender para todos os tipos de pessoas com a PNL; técnicas de vendas e PNL juntas no ato da venda.

Início: 05/jun  
Término: 08/jun  
Horários: 9h-12h/19h-22h  
Dias da semana: segunda a quinta  
Carga horária: 12 horas  
Investimento: R\$ 80,00



Inclui: Material didático, certificado e coffee-break.

**PALESTRA GRATUITA**

## SUPERVENDEDORES



Data: 13 de junho  
Horário: 19h  
Dia da semana: terça-feira  
Vagas: Limitadas

## TRANSFORMANDO ATENDENTES EM VENDEDORES

**Programa:** Técnicas eficientes para aumentar as vendas; como usar a comunicação; como levantar a necessidade do cliente usando a criatividade; como oferecer o produto direcionando-o às suas necessidades e despertando o desejo de compra.

Início: 19/jun Término: 22/jun  
Horários: 9h-12h/19h-22h  
Dias da semana: segunda a quinta  
Carga horária: 12 horas  
Investimento: R\$ 80,00



Inclui: Material didático, certificado e coffee-break.

## AVANÇADO DE VENDAS

**Programa:** Técnicas de aproximação e abordagem; a comunicação eficaz; marketing pessoal; técnicas de negociação e pós-venda; administração do tempo e automotivação.

Início: 26/jun  
Término: 29/jun  
Horários: 9h-12h/19h-22h  
Dias da semana: segunda a quinta  
Carga horária: 12 horas  
Investimento: R\$ 80,00  
Inclui: Material didático, certificado e coffee-break.

## VENDAS DE IMPACTO POR TELEFONE



**Programa:** As técnicas facilitadoras para um atendimento produtivo: como levantar as necessidades do cliente usando uma abordagem objetiva; como apresentar o produto pelo telefone e como convencê-lo a comprar.

Início: 3/jul  
Término: 6/jul  
Horários: 19h às 22h  
Dias da semana: segunda a quinta  
Carga horária: 12 horas  
Investimento: R\$ 80,00

Inclui: Material didático, certificado e coffee-break.

## Perdemos um guerreiro



**V**icente da Costa, graduado em Ciências Sociais (USP-SP), mestre em Sociologia e doutor em Política (PUC-SP), era também especialista em Administração e em Estudos Brasileiros, além de consultor em Gestão Organizacional.

Amigo, confidente e colega de trabalho, havia décadas, de Edson Ribeiro Pinto, sempre pres-  
ton relevantes serviços tanto em nossa sede quanto em nossa Co-

lônia de Férias.

Em 1991, foi um dos criadores do Nuclave. Após algum tempo afastado, retornou ao nosso convívio em 1998, no qual permaneceu até 2004.

Em 1998, criou e acompanhou o projeto Programa de Melhoria Profissional Contínua, tanto em nossa Sede quanto na Colônia de Férias.

Em 2003, criou e coordenou o Seminário Interativo SindVend, com o objetivo de uniformizar o tratamento das informações referentes aos nossos serviços.

Homem batalhador, guerreiro, sério, íntegro, inteligente e convicto de seus objetivos, nós o chamávamos carinhosamente "professor Vicente".

Autor de alguns livros, tivemos oportunidade de divulgar, na edição anterior, sua última obra: *Progresso Social e Democracia - Quais os Caminhos?*

Supermoderado, cuidava de sua

saúde e gostava de esportes, principalmente de tênis, o qual praticava nos fins de semana, para "manter a forma".

Sábado, dia 29 de abril, à tarde, o destino pregou uma peça em todos nós: quando chegava em casa, após um treino de tênis, um infarto o fulminou. Não lhe deu a mínima chance.

E o destino tirou de nós, também, a oportunidade de desfrutarmos mais um pouco de sua companhia, de seu saber e de sua docilidade firme.

Temos certeza que Vicente da Costa, onde quer que esteja, continuará sua luta em prol do bem, da dignidade e dos entes que dele necessitem.

"Professor Vicente", sua partida abriu uma ferida naqueles que desfrutaram de sua companhia e do seu saber. Essa ferida, com toda certeza, deixará uma cicatriz indelével em todos nós, seus amigos.

## Cursos In Company Nuclave



Na foto, equipe de novos treinandos da Polimod

### Polimod Industrial S. A.

Entre os dias 3 e 5 de abril, o Nuclave realizou treinamento de *Automotivação Pessoal e Profissional* na Polimod Industrial S. A., em São Bernardo do Campo (SP). O treinamento foi feito pelo consultor José Antonio Kairalla Caraccio.

### CNPH

Também tendo como palestrante o consultor José Antonio Kairalla Caraccio, o Nuclave realizou mais um treinamento. Desta vez, entre os dias 13 e 14 de abril, na empresa Coml. Nac. de Prods. Hospitalares - CNPH, na Capital, com o tema *Integrando e Motivando Ações no Trabalho*.



Equipe dos treinandos da CNPH

### CURSOS E PALESTRAS IN COMPANY

As atividades desta programação podem ser desenvolvidas exclusivamente para os profissionais de sua empresa, adaptando o conteúdo dos cursos, conforme suas necessidades.

### BOLSA DE EMPREGOS

Mantemos um cadastro de currículos de vendedores com acesso às empresas. Envie o seu para ser indicado a novas oportunidades no mercado de trabalho.

### NUCLAVE

Para participar de nossos cursos e palestras ligue para:  
(11) 3116-3750

Ramais: 147, 148 e 149

• **Mantenha seu cadastro atualizado.**

Visite nossa home-page:  
[www.sindvend.com.br](http://www.sindvend.com.br)

• E-mail:

[nuclave@vendedores.com.br](mailto:nuclave@vendedores.com.br)

**Atendimento em nossa sede:**

Rua Santo Amaro, 255 - 3º andar  
• Metrô Anhangabaú  
01315-903 - São Paulo - SP

### PAGAMENTO

Através de depósito bancário em nome do Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado de São Paulo - Banco Itaú - Agência 0725 C/C nº 88205-4.

Enviar o comprovante de depósito para validar a inscrição pelo fax: (11) 3104-2387. O participante que não puder comparecer ao evento em que se inscreveu terá o valor do seu pagamento garantido como crédito para novas inscrições por 12 meses.

## VOCÊ E A PREVIDÊNCIA

## Perspectivas promissoras

A “Revista de Seguridade Social”, publicou importante entrevista do novo ministro da Previdência Social, Nelson Machado, com o título “Em busca da qualidade”.

Desde logo cabe ressaltar a segurança e o equilíbrio com que ele expõe seus planos e a precisão terminológica com que discorre a respeito. Por outras palavras, ele domina as principais questões de interesse e as focaliza com plena propriedade, não como neófito na área, porém com a tranqüilidade de quem conhece o assunto.

Suas três metas centrais estão assim enunciadas:

a) melhoria de atendimento aos beneficiários;

b) combate às fraudes;

c) redução de custos e desperdícios.

A) e C) são mais ou menos óbvias; porém A), embora também nada tenha de novo, ganha relevo no momento, por ser mais imperiosa do que nunca.

Conforme sabemos, os serviços

previdenciários atingiram um nível de precariedade verdadeiramente inadmissível; e o ministro se mostra bem consciente dessa perversa realidade. Daí a ênfase com que se dispõe a enfrentá-la.

É por esse correto caminho que ele pretende melhorar também a constrangedora imagem da Previdência Social. Não, como costuma ocorrer, mediante uma dispendiosa e inócua, quando não contraproducente, campanha de publicidade.

A expressiva epígrafe da entrevista, bem de acordo com o seu conteúdo, começa com esta taxativa afirmação: “Em vez de publicidade, sensato e firme do entrevistado é uma alentadora perspectiva de que ele se empenhará nesse sentido. De que maneira? A própria epígrafe informa que o ministro reconhece que “a imagem da instituição hoje não é boa porque há muita coisa a ser feita para melhorar os serviços”. Por exemplo, continua ele, “é preciso aprimorar os proces-

so de trabalho das agências, investir significativamente na capacitação de servidores, melhorar os equipamentos de informática e as instalações físicas”.

Naturalmente, suas declarações vão muito além desse duplo ponto capital, melhoria dos serviços e do conceito deles. Mas é um ponto tão relevante que seu simples registro parece suficiente.

Mais de uma vez, temos localizado em nossos editoriais, sem falar em outras matérias, essa infeliz combinação de serviços péssimos com um conceito compreensivelmente também péssimo. Por isso é alentador verificar que a previdência social, pela esclarecida voz da sua mais alta autoridade, se revela disposta a pôr termo a essa insustentável situação.

Resta, então, esperar que o ministro Nelson Machado permaneça no cargo durante tempo suficiente para concretizar seus sensatos propósitos e lúcidas idéias.

## INSS: 2ª etapa do censo

Marilena dos Santos Seabra

A 2ª etapa do censo do INSS começou oficialmente dia 03/04/2006, para os aposentados e pensionistas que têm benefícios com final 1. Assim, quando forem ao banco receber já poderão fazer o recadastramento.

Em maio fará o recadastramento quem tem benefício com final 2; em junho, 3; em julho, 4; em agosto, 5; em setembro, 6; em outubro, 7; em novembro, 8; em dezembro, 9; e em janeiro, final 0.

A Previdência decidiu dividir o recadastramento durante dez meses para facilitar a vida dos segurados. Dos 14.698 milhões, cerca de 1.470 milhões estão no Estado de São Paulo.

Para fazer o recadastramento a pessoa precisa levar CPF e RG ao banco onde recebe o benefício. O INSS recomenda também levar um comprovante de residência.

O censo vai até julho/2007. O objetivo do governo é combater as fraudes e acabar com os pagamentos indevidos de benefícios a par-



tir da atualização cadastral dos titulares dos benefícios.

Se o segurado não puder ir ao banco, o recadastramento poderá ser feito pelo seu representante legal, procurador ou administrador provisório. Depois, um servidor do INSS irá até a casa da pessoa para confirmar as informações.

Marilena dos Santos Seabra é consultora de Previdência Social do nosso Sindicato e atende as terças e quartas-feiras, em nossa sede, com horário marcado.

## ANÁLISE POLÍTICA

### Eleição presidencial de 2006 poderá repetir 1950

Antônio Augusto de Queiroz

A campanha eleitoral presidencial de 2006, bem como seus desdobramentos, poderá lembrar as eleições de 1950, em que Getúlio Vargas, pelo voto popular, retornou à Presidência da República, tendo disputado contra os candidatos brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), Cristiano Machado (PSD) e João Mangabeira (PSB).

Os adversários do presidente Getúlio Vargas, que desde a campanha o acusaram de corrupto, autoritário e de praticar assistencialismo, não deram trégua no segundo governo, levando o presidente ao suicídio em 1954. Os adversários

do presidente Lula, igualmente, não lhe darão trégua alguma na campanha nem no segundo mandato, caso seja reeleito.

Naquela eleição, como nesta, a candidatura de centro, que poderia constituir-se na terceira via, foi traída por seu partido. Em 1950, o candidato do PSD, Cristiano Machado, foi abandonado pelo partido, que apoiou majoritariamente o candidato do PTB, Getúlio Vargas. Foi nessa época que surgiu a expressão “cristianizar”.

Neste pleito, igualmente, a tendência é que o partido de centro, o PMDB, que poderia se constituir

em real alternativa de poder, ou não lance candidato ou “cristianize” seu candidato, apoiando o atual presidente ou mesmo o candidato da oposição.

As coincidências estão até nos conceitos. Naquela época, o candidato da UDN, brigadeiro Eduardo Gomes, numa frase infeliz, disse que não precisava de voto de marmiteiro, ofendendo os operários, que votaram maciçamente em Getúlio Vargas.

Agora, FHC, o principal patrono da candidatura tucana, também numa frase infeliz, ofendeu os pobres do Brasil, ao dizer que as

pessoas de origem humilde que ascendem socialmente ficam deslumbradas e vulneráveis à prática de corrupção.

Tal como em relação a Getúlio Vargas em 1950, o objetivo da atual oposição é de impedir um novo mandato para o presidente Lula. Se não conseguirem derrotá-lo no voto, vão propor seu impeachment, conforme antecipam os jornais com quase seis meses de antecedência do pleito.

Prudentemente, parece que a oposição desistiu de ir para as ruas pedir o impeachment do presidente nesse período pré-

eleitoral e decidiu concentrar sua luta no campo institucional, dentro do Congresso, porque se o fizesse, muito provavelmente haveria resistência de setores dos movimentos sociais, fato que criaria um clima de instabilidade no País.

De qualquer modo, a julgar pelo clima político de agora, as eleições deste ano e um eventual segundo mandato do presidente Lula serão muito tumultuados.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e Diretor de Documentação do DIAP.

(Transcrito do Jornal do Diap de 17/abr/2006)

## EXPEDIENTE



Este jornal é Órgão Oficial do Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado de São Paulo

• **Redação e Administração:**  
R. Santo Amaro, 255 - Bela Vista - SP - CEP 01315-903.  
Tel.: (0xx11) 3116-3750 - Fax: (0xx11) 3106-3750  
Registrado no DNPI sob nº 253.158.

• **Presidente:** Edson Ribeiro Pinto

• **Diretor-Secretário:** Cláudio Menegassi

• **1º Tesoureiro:** Amílcar O. C. de Andrade

• **Jornalista responsável:** Lilly D. Portella (MTb 10.394)

• **Editoração eletrônica:** Agnaldo Almeida Eugenio

• **Fotos:** Arquivo e “Camarão”  
*Esta é uma publicação bimestral, com distribuição gratuita.*

• **Home-page:** [www.sindvend.com.br](http://www.sindvend.com.br)

• **Impressão:** GZM Editorial e Gráfica S.A.  
*(As matérias assinadas não refletem, necessariamente, a opinião deste jornal).*

## PODER LEGISLATIVO

## AL-SP apresenta Moção contra PEC nº 369/2005

De autoria do deputado Jorge Caruso (PMDB), a Assembléia Legislativa de São Paulo apresentou Moção contra a PEC 369/2005, cuja publicação ocorreu dia 18/abr/2006



## Moção Nº 28, de 2006

Sob o argumento de que “permitir uma organização sindical realmente livre e autônoma em relação ao Estado, além de fomentar a negociação coletiva como instrumento fundamental para solução dos conflitos, são objetivos essenciais para o fortalecimento da democracia e estímulo à representatividade autêntica”, o então Ministro da Previdência do atual Governo, Deputado Federal Ricardo Berzoini, apresentou anteprojeto de emenda à Constituição, em tramitação no Congresso Nacio-

nal, PEC nº 369/2005, que tem como objetivo maior, segundo Sua Excelência, viabilizar uma ampla reforma sindical, dentro dos princípios da liberdade e autonomia sindical.

A proposta altera os artigos 8º e 11 do vigente texto constitucional, acrescenta inciso VII do artigo 37 da Constituição Federal e modifica o artigo 114 da Carta Maior.

Ocorre que, em que pesem os elevados propósitos consignados na justificativa que acompanha a propositura, a medida não merece acolhida, visto que representa um

grande retrocesso aos direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores.

Todos reconhecemos que muitas são as mudanças necessárias na estrutura sindical brasileira, com vistas a corrigir as distorções e deficiências existentes, de forma a fortalecer a luta dos trabalhadores em defesa de seus direitos e interesses. Entretanto, a iniciativa, nos moldes em que foi apresentada, está eivada de distorções estruturais.

Vejam, ponto a ponto, o verdadeiro conteúdo da proposta apresentada:

- o projeto aponta para a eliminação/reflexibilização dos direitos trabalhistas, eliminando dispositivos atualmente em vigor que estabelecem a prevalência da lei em relação ao que for negociado, sempre que esta for mais favorável ao trabalhador. Abre, assim, a possibilidade tão sonhada pelos empresários de revogação de direitos conquistados (férias, 13º, FGTS, licença maternidade), através da negociação coletiva;

- as Entidades de grau superior poderão negociar e assinar um acordo, em nome dos trabalhado-

res, sem consultar as assembleias de base. A proposta não resultará em uma maior representatividade ao sindicalismo, conforme sustentado;

- o Ministério do Trabalho ganha poderes para outorgar ou não a representação sindical e cassar a representação de um sindicato que não obedecer as suas diretrizes. É a volta do controle Estatal;

- Entidades de grau superior poderão constituir um sindicato na base de outra entidade já existente. Permite, portanto, a pluralidade sindical;

- A contribuição negocial, instituída no lugar do imposto sindical poderá variar de 0% a 13% do salário anual, o que aumentará, consideravelmente o volume de recursos retirados dos trabalhadores para financiar a respectiva estrutura sindical;

Autoriza o empregador a contratar substitutos para os grevistas, caso o sindicato não concorde em designar, ele próprio os trabalhadores que continuariam exercendo suas funções durante o período de greve e prevê sanções para ações tipos de ações

adotadas pelas entidades com vistas ao fortalecimento do movimento;

- Impede que os servidores exerçam o direito de negociação e contratação coletiva, por falta de regulamentação legal.

Estas são as razões pelas quais nos opomos à PEC 369/2005, apresentada pelo atual Governo Federal.

Por conseguinte, considerando a relevância da matéria, comprovada nas diversas manifestações que temos recebido, apresentamos o presente apelo:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO apela aos Excelentíssimos Senhores Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como a todos os Líderes Partidários do Congresso Nacional, a fim de que seja rejeitada a Proposta de Emenda Constitucional nº 369/2005, que dá nova redação aos artigos 8º, 11, 37 e 114 da Constituição Federal e dispõe sobre a reforma sindical.

Sala das Sessões, em 12-4-2006  
a) *Jorge Caruso*

## ANÁLISE POLÍTICA

## Desconhecimento Tributário



O ano de 2005 registrou a maior arrecadação de impostos e contribuições federais da história brasileira, atingindo o montante de R\$ 364,13 bilhões. Se acrescermos às siglas administradas pela União o conjunto de taxas, contribuições e impostos estaduais e municipais, a carga tributária alcançou, segun-

do especialistas, o percentual de 38% do Produto Interno Bruto (PIB).

Estimativas mais completas dão conta que o custo das obrigações acessórias para o perfeito cumprimento das mais de 220 mil normas tributárias, editadas entre 1988 e 2004, consome cerca de 5,82% do PIB. Portanto, o “elefante” dos impostos já chega a quase 44% das riquezas produzidas no País. É muito, principalmente no cotejo com o conjunto e a qualidade dos serviços públicos ofertados em contraprestação aos indivíduos. Inclusive há estudos demonstrando que dos 17,1% que o PIB nacional cresceu entre os anos de 1998 e 2005, 7,2% foram absorvidos pelo setor público através da arrecadação de impostos.

O peso da carga tributária em diversos segmentos econômicos agrava o quadro. No preço final das flores, por exemplo, o percentual de impostos é de 18,91%, nos insumos agrícolas, 14,31% e chegamos ao absurdo de 35,07% incidentes sobre os medicamentos, em média, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

O “paquiderme” tributário nacional massacra o cidadão que, espantosamente, ignora maiores detalhes desta violência sofrida diuturnamente.

Há um imobilismo popular e uma pouca capacidade de indignação contra esta estrutura perversa, resultado em grande parte da igno-

rância, do desconhecimento acerca do assalto perpetrado pela sãha tributária. Apesar de o legislador ter estabelecido no parágrafo 5º do artigo 150 da Constituição Federal que “a lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços” esta providência tem sido descumprida, tanto pelo Parlamento que não aprovou medida legal, quanto pelos diversos setores da economia.

O pouco esclarecimento da população, em todas as classes sociais, a respeito dos impostos, sua destinação e seu impacto na renda é atestado por pesquisa realizada pela Associação da Classe Média (Aclame) nas principais capitais

brasileiras, onde surgiram respostas preocupantes, como 36% dos entrevistados não terem idéia para onde vai o dinheiro do Imposto de Renda, enquanto que 78% ignoraram que o ICMS é estadual. Portanto, como afirma a Aclame, há a necessidade de ações de conscientização e educação da população e mobilização para que se alcance a justiça tributária, sem a qual, conclui a entidade, “são reduzidas as condições de crescimento e desenvolvimento sustentável do país.”

*Vilson Antonio Romero é jornalista, servidor público, diretor da Associação Riograndense de Imprensa, consultor da Fundação Anfip de Seguridade Social - e-mail: Romero@sulmail.com.br*

(Transcrito do Jornal do Diap de 6/abr/2006)

ANÁLISE POLÍTICA

# Alta programada ou um equívoco antecipado

*Sergio Pardal Freudenthal*

**A**gora, quando o trabalhador se encontra incapacitado para o trabalho, o INSS está concedendo auxílio-doença com a denominada alta programada. Esta alta antecipada estaria baseada em um pretenso estudo científico contido em arquivos informáticos; assim, quando o médico perito admite a concessão do benefício determina, antecipadamente, com fundamento em programa de computador, a data que o paciente receberá a alta. Talvez em uma fratura do tipo mais simples fosse bem fácil determinar o dia para o retorno ao trabalho, mas em doenças, especial-

mente as profissionais, a previsão tem ficado bastante difícil.

Num primeiro momento, se o trabalhador ainda não está em condições de retornar ao trabalho, a solução parece possível: um pedido de reconsideração pode ser feito no período entre cinco dias antes da alta programada até trinta dias depois. Porém, a tal reconsideração insiste em apontar uma nova data para a alta antecipada, e se a incapacidade do segurado persistir não cabe nova reconsideração, e sim um recurso que exigiria exame através de junta médica, com bastante tempo de

espera. Enquanto isto, ou o doente vai trabalhar mesmo sem condições ou corre o risco de ficar sem receber durante o longo período de aguardo.

As promessas de maior rapidez nas juntas médicas para análise dos recursos ainda não me parecem uma solução adequada. Até porque, a nova realização de exames, e por juntas médicas, não estará contraindicando a própria idéia da alta programada, a pretendida diminuição de exames médicos periciais?

Talvez nem tanto ao mar nem tanto à terra, que se programem as

altas quando o caso assim bem o permitir, mas que se respeitem as condições adversas dos trabalhadores, garantindo a manutenção dos benefícios durante o intervalo em que perdurar a incapacidade laboral, inclusive com a admissão de pedidos de reconsideração toda vez que o segurado entender que precisa, mesmo que a nova perícia possa ser negativa, sem embargos burocráticos recursais.

As respostas dos trabalhadores devem ocorrer de todas as formas, seja pelos atuais recursos administrativos, seja através de seus sindicatos ou por ações ju-

diciais, mas a continuidade de concessão de auxílio-doença com alta antecipada - e com a grave burocracia dificultando a necessária resposta do instituto aos trabalhadores que continuam incapacitados para o trabalho - certamente vai gerar graves confusões.

*Sergio Pardal Freudenthal é advogado especializado em Previdência Social com escritório em Santos, atua em diversos Sindicatos de Trabalhadores, é professor em três Universidades e mestrando em Previdência Social na PUC/SP.*

(Transcrito do Jornal do Diap de 6/abr/2006)

COLÔNIA DE FÉRIAS

## Comemoração da Páscoa



*Edson faz a apresentação do Grupo Folclórico*

**P**romovida pelo Departamento Social, a Páscoa foi fraternalmente comemorada na Colônia.

Com suas dependências lotadas, a partir da tarde de 13 de abril, os associados e convidados desfrutaram das diversas modalidades de esportes oferecidas, além de hidroginástica monitorada e bingo.

Dia 14, à noite, no Salão Social houve apresentação do Grupo Folclórico da Casa de Portugal de Praia Grande.

O grupo encantou os presentes, pois demonstrou as várias modalidades de danças nas freguesias portuguesas.

Dia 15, houve jantar com música ao vivo e, dia 16, almoço especial de Páscoa. À noite, no Salão Social, houve música para os "pés-de-valsas".

Nosso Departamento Social promete novas surpresas para os próximos feriados.



*Músicos do Grupo que animou o baile*



*A entrada do Grupo no Salão de Festas*



*Uma das modalidades de dança de freguesia portuguesa*



*A animação da dança contagiou os presentes*



*Edson e o Grupo Folclórico da Casa de Portugal de Praia Grande*